

Alesp se coloca contra Reforma Administrativa da Educação

Projeto prevê mudanças na contagem de faltas e avaliação de desempenho

Antes mesmo de ser pauta nas comissões permanentes da Casa, o Projeto de Lei 1316/2025, chamado de Reforma Administrativa da Educação, já começou a ser debatido na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Uma audiência pública, realizada na noite de quinta-feira (12) pela deputada Professora Bebel (PT), se colocou contra a proposta do Executivo que traz diversas alterações à carreira de professores e outros profissionais da Educação paulista. O ponto central da reunião foi o pedido de retirada do projeto da Alesp.

“É uma política desumana. Nós não somos máquinas, não temos que produzir como se fosse uma fábrica. Há uma especificidade da natureza do nosso trabalho, porque nós formamos pessoas, não produzimos coisas”, defendeu Professora Bebel. “Nos cobre a formação do estudante, mas nos dê condições de trabalho. Convivemos com salas superlotadas, com problemas de violência e faltam materiais didáticos”, pontuou a parlamentar.

Outra reclamação do público presente foi a forma com que o projeto chegou à Assembleia. O PL tramita em regime de urgência a pedido do governador. “Com quem isso foi discutido? Qualquer coisa que mexa com a vida do servidor, ele deve ser protagonista nesse processo. Por isso,



Rodrigo Romeo/Alesp

O PL altera oito leis paulistas que regem aspectos da carreira dos profissionais da Educação

o Governo tem que nos enxergar e exigimos fazer parte dessa discussão, o que não ocorreu até agora”, afirmou o secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, Fábio de Moraes.

O projeto

Enviado pelo Executivo em dezembro do último ano, o PL 1316/2025 altera oito leis complementares paulistas que regem diversos aspectos da carreira dos profissionais da Educação. Segundo a Secretaria da Educação,

a proposta busca “aprimorar a legislação educacional” e foca “em modernizar as normas de progressão funcional, remoção e valorização dos servidores da Educação, garantindo modelo mais eficiente e transparente na distribuição de incentivos e recursos”.

Entre os principais pontos do texto está a ampliação da avaliação de desempenho dos profissionais, permitindo o uso de seus resultados para fins de promoção e evolução funcional do servidor ou até mesmo para a remoção do professor da unidade. O advoga-

do do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), Jeferson Celos, criticou a medida e a chamou de “forma de coerção”.

“Usa a avaliação de desempenho não para criar um diagnóstico e aperfeiçoar o processo pedagógico, mas como forma de punição, para retirar direitos e impedir a promoção e a evolução funcional”, disse o advogado.

O Governo, na justificativa da proposta, diz que o novo modelo traz “critérios objetivos para progressão e bonificação” e afirma

que é “meritocrático, transparente e tecnicamente aderente, preservando travas legais e previsibilidade fiscal”.

Outro aspecto muito debatido durante a reunião foi a alteração nas regras de faltas dos professores. O PL reduz a admissibilidade das chamadas faltas-aula, nas quais o professor perde apenas uma aula do dia e tem o desconto proporcional em sua remuneração. Caso o projeto seja aprovado, professores que perderem mais de uma aula no mesmo dia, terão o dia inteiro descontado. Mais de quatro faltas-aula em um mês, transformará cada falta-aula em falta-dia, aumentando o desconto salarial.

“Vamos fazer o servidor parar de faltar? Vamos, mas para isso precisa dar mais condições, melhorar o salário, dar dedicação exclusiva. O objetivo do governo e dessa proposta é punir os professores ainda mais”, defendeu Fábio de Moraes.

A proposta ainda deve passar pelas comissões da Alesp antes de eventual votação em plenário. Entidades da Educação articulam novas mobilizações e pedem abertura de diálogo com o Executivo para discutir mudanças no texto. O governo afirma estar disposto a prestar esclarecimentos técnicos aos parlamentares, mas mantém a defesa de que a reformulação é necessária para aprimorar a gestão da rede estadual.

Bombeiros resgatam 56 vítimas de afogamento

Divulgação Governo de SP

O Carnaval no litoral norte paulista foi marcado por intensa atuação do Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar), do Corpo de Bombeiros, que resgatou 56 pessoas vítimas de afogamento entre sábado (14) e domingo (15).

Domingo (15) foi o dia que mais teve registros de vítimas salvas, com 34 resgates em diferentes pontos da cidade de São Sebastião. Houve ainda quatro salvamentos em Ilhabela e dois em Ubatuba. Já no sábado foram 16 banhistas salvos.

Entre as ocorrências de destaque está o salvamento de um banhista que ficou à deriva no mar. Durante patrulhamento preventivo, a aeronave Águia 11 da Polícia Militar avistou a vítima sobre uma pequena prancha, com dificuldades para retornar à faixa de areia. Após posicionamento



Destaque foi o salvamento de um banhista à deriva no mar

estratégico do helicóptero, guarda-vidas foram lançados ao mar e realizaram o resgate com o uso de pucá, conduzindo o homem em segurança até a praia.

Em outro ponto do litoral, dois afogamentos ocorreram simultaneamente e envolveram

duas adolescentes, de 15 e 12 anos. Também foi registrada uma ocorrência envolvendo cinco jovens, com idades aproximadas de 25 anos, que entraram no mar em área sinalizada com alerta de “perigo” e foram arrastados pela correnteza.

São Paulo envia apoio a naufrágio em Manaus

O Governo de São Paulo enviou uma equipe do Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar) para apoiar as buscas subaquáticas após o naufrágio da embarcação Lima de Abreu, que transportava 80 passageiros. O acidente ocorreu na tarde de sexta-feira (13), no encontro dos rios Negro e Solimões, na região de Manaus (AM). Até o momento, 71 pessoas foram resgatadas com vida, duas mortes foram confirmadas e sete vítimas permanecem desaparecidas.

A força-tarefa paulista é formada por três mergulhadores técnicos e dois operadores de equipamentos especializados. Entre os recursos empregados estão o Sonar Side Scan e o Detector de Metal Próton 5, usados para varredura em profundidade e localização de estruturas metálicas em locais de baixa visibilidade.

Após o desembarque, a equipe seguiu para o Pelotão Fluvial do Grupamento de Operações Aquáticas do Corpo de Bombeiros do Amazonas, onde recebeu informações detalhadas sobre as condições do rio, delimitação da área de busca e estratégias já adotadas.

As operações ocorrem de forma integrada entre as corporações, com ampliação da área de varredura e uso de tecnologia de imageamento por sonar e mergulho técnico, com foco na localização das vítimas desaparecidas e na identificação da embarcação. O Corpo de Bombeiros destacou o compromisso de cooperação interestadual em ocorrências de grande complexidade, oferecendo recursos para reforçar as ações de busca e salvamento na região e prestar suporte às autoridades locais.